SUMÁRIO

Prefeitura de Aparecida de Goiânia - GO

Profissional da Educação I (PE-I) - Pedagogia

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Características e funcionalidades de diferentes gêneros e tipologias textuais; Tipologias textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal 1
Interpretação textual de diferentes gêneros e tipologias textuais 9
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto 14
Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade) 26
Progressão temática em textos 29
Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos 31
Tipos de argumento 32
Figuras de linguagem 34
Fenômenos linguísticos 40
Gramática normativa 42
Classificação gramatical 43
Morfologia 55
Análise morfossintática 61
Concordância verbal e nominal 67
Regência verbal e nominal 73
Colocação pronominal 76
Pontuação 78
Ortografia oficial 82
Questões 89
GABARITO 97

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estruturas lógicas: proposições, conectivos e proposições simples e compostas; tabelas-verdade; tautologia, contradição e contingência; equivalências lógicas; negações de proposições e leis de de morgan 1
Lógica de argumentação: argumentos, validade e noções de falácias 3
Conjuntos numéricos e subconjuntos; operações com conjuntos: união, interseção e diferença 13
Sequências lógicas, padrões e regularidades 43
Problemas de raciocínio lógico envolvendo análise de situações e interpretação de informações 48

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Razão, proporção e grandezas proporcionais; regra de três simples e composta 54
Porcentagem e variação percentual 58
Juros simples e juros compostos 60
Noções de estatística: leitura e interpretação de tabelas e gráficos; medidas de tendência central: média aritmética, média ponderada, moda e mediana 62
Questões 68
Gabarito 74

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

Conflitos sociais, desigualdades socioeconômicas, segurança alimentar e sistemas nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos 1
Emergências em saúde pública: fundamentos de epidemiologia, gestão de crises sanitárias, políticas públicas de saúde e organização do Sistema Único de Saúde (SUS) 6
Meio ambiente e sustentabilidade: mudanças climáticas, desastres socioambientais, instrumentos de gestão e políticas ambientais no Brasil 10
Arte, cultura e patrimônio no Centro-Oeste brasileiro: processos históricos de formação cultural, identidade regional e políticas de preservação 14
Formação histórico-territorial de Goiás e de Aparecida de Goiânia/GO: ocupação, territorialização, dinâmicas econômicas e transformações socioespaciais 18
Política, economia e sociedade em Goiás: processos históricos da Colônia à República, modernização econômica e reconfigurações sociais 22
Estrutura político-administrativa do Estado de Goiás: organização dos Poderes, competências constitucionais, federalismo e gestão pública estadual 25
Modernização da agricultura, agronegócio e urbanização em Goiás: impactos socioeconômicos e reestruturação do espaço regional 31
Aspectos físicos do território goiano: análise integrada de clima, relevo, hidrografia e vegetação na organização do espaço geográfico 35
Natureza, cultura e turismo em Goiás: potencialidades econômicas, planejamento territorial e desenvolvimento regional 38
Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia/GO: formação urbana, dinâmicas econômicas e inserção regional 42
Questões 45
Gabarito 53

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Constituição Federal de 1988: princípios, fins e garantias do direito à educação **1**

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996 – Títulos IV e V)..... **7**

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990)..... **27**

Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 15.388/2026): diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação nacional e sua articulação com as políticas educacionais e o planejamento educacional..... **98**

Base Nacional Comum Curricular – BNCC: etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental..... **106**

Sociedade, cultura e educação; aprendizagem e desenvolvimento humano; abordagens teóricas do processo de ensino e aprendizagem..... **171**

Concepções de currículo e organização escolar: estrutura do currículo da educação básica, integração de áreas do conhecimento, objetivos, habilidades e competências **185**

Planejamento educacional, planos e projetos pedagógicos **190**

Projeto Político-Pedagógico: metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação..... **199**

Educação inclusiva e educação das relações étnico-raciais e indígenas: princípios da inclusão escolar, garantia de acessibilidade, equidade, respeito à diversidade e valorização das diferenças no contexto educacional **205**

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): atendimento educacional aos estudantes com deficiência e público-alvo da educação especial, adaptações curriculares, flexibilização de métodos e de avaliações para estudantes com deficiência e com transtornos do desenvolvimento..... **216**

Alfabetização e letramento na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental..... **248**

Avaliação da aprendizagem: concepções, instrumentos, critérios e práticas avaliativas; acompanhamento pedagógico dos estudantes e estratégias de intervenção **253**

Gestão de sala de aula, mediação de conflitos e construção de ambiente favorável à aprendizagem..... **259**

Prática pedagógica e formação docente: desenvolvimento contínuo do professor, reflexão crítica sobre a prática, formação inicial e continuada; formação continuada de professores e desenvolvimento profissional docente..... **261**

Tecnologias educacionais e recursos didáticos na prática pedagógica **270**

Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação) **274**

Questões **283**

Gabarito..... **290**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

Tipos Textuais

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Ex.: *contos, romances, crônicas, anedotas.*

Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Ex.: *retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.*

Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Ex.: *redações argumentativas, ensaios, editoriais.*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Conflitos sociais e desigualdades socioeconômicas no território goiano

O estado de Goiás, situado no núcleo do Cerrado brasileiro e vizinho imediato do Distrito Federal, reúne em seu território contrastes sociais que se manifestam tanto no campo quanto nas áreas urbanas da Região Metropolitana de Goiânia. A expansão do agronegócio, a especulação imobiliária associada à proximidade de Brasília e a concentração fundiária herdada do processo histórico de ocupação produziram tensões sociais que se expressam em disputas por terra, por água e por espaço urbano. Compreender essas tensões exige situar o conceito de conflito social dentro da realidade concreta de municípios como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e cidades do interior goiano, onde a modernização agrícola convive com bolsões de pobreza e com populações tradicionais que reivindicam reconhecimento territorial.

Conflitos fundiários e disputas territoriais

Os conflitos fundiários em Goiás têm raízes na forma como se deu a distribuição de terras desde o ciclo minerador do século XVIII até a consolidação da fronteira agrícola moderna a partir da segunda metade do século XX. A chegada de grandes empreendimentos agropecuários ao Cerrado goiano, estimulada por políticas de crédito rural e pela construção de infraestrutura viária, elevou o valor da terra e pressionou comunidades que historicamente ocupavam essas áreas sob regimes costumeiros de uso.

Povos indígenas e comunidades quilombolas

No território goiano, destaca-se a presença da comunidade quilombola Kalunga, localizada principalmente na região nordeste do estado, entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, parte dela sobreposta à área do Parque Estadual da Chapada dos Veadeiros. Essa comunidade, uma das maiores concentrações de remanescentes de quilombos do Brasil, enfrenta processos de regularização fundiária que se arrastam por décadas, envolvendo sobreposição entre o território tradicional, unidades de conservação ambiental e propriedades privadas vizinhas. Também merece menção a presença de povos indígenas em áreas limítrofes do estado, cuja relação com o território goiano envolve histórico de deslocamentos forçados ocorridos ao longo do processo de colonização e, mais tarde, da expansão agropecuária.

Conflitos urbanos e segregação socioespacial

Na Região Metropolitana de Goiânia, os conflitos sociais assumem feição distinta, relacionada à ocupação de áreas urbanas periféricas. Aparecida de Goiânia, segundo município mais populoso do estado, formou grande parte de seu tecido urbano a partir de loteamentos populares e ocupações irregulares que se expandiram sem acompanhamento proporcional de infraestrutura de saneamento, transporte e equipamentos públicos. Esse padrão de crescimento gerou uma segregação socioespacial em que bairros centrais e corredores comerciais concentram serviços e renda, enquanto franjas periféricas convivem com déficit habitacional, insegurança e mobilidade urbana precária.

Desigualdades socioeconômicas regionais

A desigualdade em Goiás não se distribui de modo uniforme: há um eixo dinâmico que liga Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Anápolis, beneficiado por indústria, logística e serviços, e há um conjunto extenso de municípios do interior com economia predominantemente agropecuária e menor diversificação produtiva. Essa diferença estrutural reflete-se em indicadores de renda, acesso a serviços de saúde e educação e disponibilidade de emprego formal.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Educação, Cultura e Desporto

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino **superior e técnico**
Estados e DF	Ensino **fundamental e médio**
Municípios	Educação **infantil e ensino fundamental**

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.